

Introdução: A constituição de territorialidades a partir da oferta de ensino superior a distância

Neste trabalho, pretendemos identificar como e em que níveis territorialidades¹ são criadas, recriadas e desativadas, seguindo uma nomenclatura baseada em Robert Sack(1986), a partir da implantação de sistemas de ensino superior a distância no território² brasileiro.

Atualmente, a revolução técnico-científico-informacional, o processo de globalização econômica capitalista e o projeto neoliberal constituem-se em referências, que interrelacionadas, possibilitam a compreensão das transformações em curso sobre a reestruturação da educação superior no Brasil. O ensino superior a distância prolifera sob a luz dessa reestruturação.

Consideramos que antes da revolução citada não havia a possibilidade da consolidação dessa modalidade de ensino, embora as primeiras experiências remontem ao século XVIII. Foram justamente os avanços verificados nos últimos trinta ou quarenta anos que proporcionaram a proliferação maciça desta modalidade de ensino, de maneira que podemos hoje afirmar que o mesmo encontra-se em fase de contínua expansão no Brasil e no mundo.

Segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), entre 2003 e 2007 o número de vagas oferecidas na educação a distância por instituições de ensino superior no país sofreu um acréscimo de aproximadamente 6.314%. Além disso, pode-se perceber também através do Censo da Educação Superior 2007 que essa é uma tendência que se verifica ano após ano e que não só o número de vagas tem crescido de maneira vertiginosa, mas também a quantidade de cursos oferecidos. Em 2002, eram apenas 46 cursos oferecidos na modalidade a distância e, em 2007, esse número subiu para 408 cursos. O número de ingressantes também vem sofrendo acréscimos significativos, passando de cerca de 30.000 inscritos, em 2002, para cerca de 540.000, em 2007.

¹ Entendemos como territorialidades uma conjugação entre duas definições: as formas e as relações políticas, culturais, sociais e econômicas produzidas e reproduzidas por um grupo ou grupos sociais no território (HAESBAERT, 2004) e também como estratégias para afetar, influenciar e controlar indivíduos, objetos e ações através do controle ou gestão do território (SACK, 1986).

² Embora utilizado aqui, não daremos ênfase ao território enquanto espaço de representação do poder do Estado, sua instância político administrativa.

Segundo o mesmo estudo é possível verificar que o número de vagas oferecidas na modalidade presencial também sofreu acréscimos ao longo dos últimos anos, porém em menor proporção e francamente em maior número por intermédio de instituições privadas, provavelmente fruto da política neoliberal citada anteriormente, de sucateamento das instituições públicas de ensino e também do programa Universidade para Todos.

O interesse pelo tema da pesquisa surgiu de minhas experiências pessoais de trabalho em universidades no Estado do Rio de Janeiro quando pude verificar que não vem havendo conjugação simultânea das duas modalidades de ensino, mas uma crescente substituição de cursos presenciais por cursos oferecidos na modalidade a distância, principalmente nas instituições privadas. Possivelmente visando uma redução radical dos custos e a possibilidade de captar um número de alunos acima da capacidade física e estrutural vem ocorrendo uma gradual permutação de modalidades dentro dos cursos oferecidos.

Qual é o sentido desta expansão? A educação a distância, por sua flexibilidade e economia de escala, tem sido chamada para dar uma resposta aos desafios político-sociais, econômicos, pedagógicos e tecnológicos, postos à sociedade com a implantação do programa neoliberal, a globalização da economia e a introdução das novas tecnologias no sistema produtivo e de comunicação. Além disso, há de se reconhecer a possibilidade de expansão da oferta de cursos superiores no país ampliando o acesso a populações que na modalidade presencial estariam excluídas devido ao ritmo de trabalho, impeditivo à frequência de um curso presencial tradicional, ou àqueles que residem em regiões distantes dos grandes centros, isto é, aqueles em que a distância também pode ser considerada como algo impeditivo.

A crise econômica que se instaurou depois da recuperação da economia pós-guerra e a instalação de Estados de Bem-estar trouxeram como consequência imediata a retração dos gastos nas áreas sociais (e particularmente na saúde e na educação) além das limitações do mercado de trabalho. Aqui, no Brasil, embora os efeitos ainda não sejam sentidos com a mesma intensidade como em países do primeiro mundo, aonde o nível de desemprego (que chega ao patamar dos 12,0%) é sem precedentes na história, oficialmente, estima-se que 6% da população economicamente ativa estão desempregados, sem contarmos os 40% de

subempregados, sem carteira assinada (Frigotto, 1996, p.76). Com isso, a educação a distância passa a ter uma importância ainda maior dentro da conjuntura educacional competitiva atual, já que aponta para uma redução dos custos desde as contas básicas como energia e água até os salários dos professores, tendo em vista sua substituição por tutores, isto é, alunos de graduação nas respectivas licenciaturas.

As bases legais para a modalidade de educação superior a distância no Brasil foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no D.O.U. de 20/12/2005. Ou seja, a regulamentação é bem recente. Não obstante, os grandes empresários da educação e até mesmo, e com maior força, os gestores públicos, já enxergaram nesta, há cerca de dez anos, uma grande oportunidade de negócio. A idéia de transmitir conhecimento através das TIC's a um número cada vez maior de pessoas (ou clientes) desperta várias possibilidades de negócios onde essa modalidade de educação não presencial vem representando um elevado aumento de receita para as universidades públicas e privadas em termos de investimentos proporcionados tanto pelo governo federal através do MEC, como também pela iniciativa privada, conforme podemos ver nos trechos abaixo:

A Secretaria de Educação a Distância – SEED representa a clara intenção do atual governo de investir na educação a distância e nas novas tecnologias como uma das estratégias para democratizar e elevar o padrão de qualidade da educação brasileira. A Secretaria desenvolve vários programas e projetos. (Portal do MEC)

A iniciativa privada não fica muito atrás dos investimentos governamentais e vem elevando cada vez mais os investimentos na área:

Levantamento do portal E-Learning Brasil demonstra que, até 2010, os investimentos de empresas em educação online deverão chegar a cerca de R\$ 2,7 bilhões. De acordo com o estudo, a projeção se baseia na média atual de crescimento do uso de ensino à distância corporativo: 40% ao ano.

Somente as 64 organizações participantes do Prêmio e-Learning Brasil - concedido pelo site de mesmo nome - investiram R\$ 340 milhões no setor até 2004. "E o retorno aconteceu em menos de sete meses, resultando em mais de R\$ 636 milhões em benefícios", informa Francisco Soeltl, presidente do portal. (Baguete - sexta-feira, 16/12/2005)

O projeto neoliberal, encarado aqui como uma reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento calcado na intervenção do Estado, que passou a se configurar como a principal força de estruturação do processo de acumulação de capital e de desenvolvimento social (LIMA, *apud* Anderson, 1996), vem assumindo, no discurso e na prática, contornos cada vez mais nítidos e perturbadores e tem conseguido, através dos meios de comunicação, o convencimento da sociedade de que é a única saída para a crise que impera nos campos da economia, da política e, no nosso caso, da educação. A educação, já tratada como um instrumento de poder, não somente é posta como subordinada aos objetivos e interesses do capital como também passa a ser “conformada” (com a forma) à organização capitalista do trabalho. Nesse projeto, a educação toma ainda mais os contornos exigidos pelo mercado e o ensino a distância é bem um reflexo dessa tendência:

A retórica neoliberal atribui um papel estratégico à educação e atrela a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegura que mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. Fala em nova vocacionalização, isto é, numa profissionalização situada no interior de uma formação geral, na qual a aquisição de técnica e linguagens de informática e conhecimento, de matemática e ciências adquirem relevância. Valoriza as técnicas de organização, o raciocínio de dimensão estratégica e a capacidade de trabalho cooperativo. (MARRACH, 1996)

É nesse sentido e direção que estão ocorrendo as discussões e “reformas” no interior do sistema educacional, com as propostas de descentralização, gestão, qualidade total etc. Segundo Marrach (1996) o neoliberalismo é capaz de alterar profundamente os rumos do sistema educacional

No discurso neoliberal a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança. Conforme Albert Hirschman, este discurso apoia-se na “tese da ameaça”, isto é, num artifício retórico da reação, que enfatiza os riscos de estagnação que o Estado do Bem-Estar Social representa para a livre iniciativa: para a produção de bens de consumo, maquinário, para o mercado, para a nova ordem mundial”. No Brasil, embora não haja Estado do Bem-Estar Social, a retórica neoliberal é basicamente a mesma. Atribui à participação do Estado em políticas sociais a fonte de todos os males da situação econômica e social, tais como a inflação, a corrupção, o desperdício, a ineficiência dos serviços, os privilégios dos funcionários. Defende uma reforma administrativa, fala em reengenharia do Estado para criar um “Estado mínimo”, afirmando que sem essa reforma o país corre o risco de não ingressar na “nova ordem mundial”.

Para além da discussão apresentada sobre a expansão dessa modalidade de ensino, uma questão, em particular, de carácter espacial, nos preocupa: como e em que medida é possível identificar a criação e recriação e desativação de territorialidades a partir da implantação de cursos de ensino superior a distância?

Segundo RAFFESTIN (1993), a construção do território é reveladora de relações de poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma expressão essencial para a compreensão do território, que é a seguinte: o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Sendo assim, acreditamos ser possível perceber que novas relações de poder são criadas a partir das territorialidades que surgem com a implantação e o incremento dessa modalidade de ensino.

Várias são as possíveis influências da implantação do ensino a distância sobre o território, tais como: a diminuição do número de alunos que realizarão uma migração do tipo pendular em busca de um centro universitário de uma cidade vizinha de maior porte; a oferta de serviços nunca antes oferecidos e até mesmo o estímulo para que mais pessoas procurem elevar seu nível de instrução. Segundo ANDRADE (1995) as territorialidades se dão a partir da apropriação de uma parcela do espaço envolvendo relações de poder, portanto, é esperado que novas territorialidades surjam juntamente com a possibilidade de uma determinada sociedade poder incrementar seu nível intelectual e assim estabelecer novas relações sociais e econômicas. Em outras palavras, a educação se apresenta como uma das possibilidades mais reais de transposição de níveis em nossa pirâmide social, portanto, compreendemos que essa mudança também reflete numa alteração de territórios a serem contemplados. Logo, territorialidades antes não efetivas podem se perfazer. De acordo com Sack (1986), há diferentes graus de territorialidades:

Territorialidade ocorre em graus variáveis em vários contextos sociais. Minha definição realmente atravessa perspectivas e níveis de análise. Ela envolve as perspectivas daqueles que são controlados, e daqueles que exercem o controle, quer se trate de indivíduos ou grupos. (SACK, 1986, p.21)

Desta maneira, consideramos justo afirmar que quanto mais territórios uma pessoa frequente e se relacione, quanto maior será a possibilidade de efetivação de territorialidades.

No estado do Rio de Janeiro, podemos perceber nítida interiorização dos núcleos de ensino a distância, através de incursões preliminares a essas regiões, fruto da política que implica na reduzida presença das instituições de ensino fora da região metropolitana do Estado. As universidades tradicionais, que utilizaram e ainda utilizam a modalidade presencial, criaram novas territorialidades que passam a ser contestadas e recriadas através da nova modalidade à distância. É relevante ressaltar que é clara a presença do poder público criando novos e alterando antigos territórios através do sistema educacional.

Em linhas gerais, pretendemos demonstrar o quanto a Geografia pode contribuir para o debate educacional em nosso país, não apenas enquanto uma das disciplinas escolares envolvidas no processo, mas enquanto arcabouço teórico para que possamos compreender a expansão e as conseqüências socioespaciais da proliferação da educação superior a distância.

A partir do que foi exposto, nosso trabalho é dividido em três partes: no primeiro capítulo trataremos da importância da constituição do meio técnico-científico-informacional para que houvesse a expansão do ensino superior a distância. Com a 3ª Revolução Industrial, após a segunda metade do século XX, há um enorme incremento tecnológico nas atividades relacionadas aos transportes e comunicações que acabam por proporcionar um aumento do comércio mundial promovendo a expansão do sistema capitalista, aumentando as disparidades entre países e também entre regiões, acirrando disputas territoriais e também, o mercado de trabalho. Justamente em função deste último aspecto e da posição do país dentro chamamos de Divisão Internacional do Trabalho, acredito que possamos justificar o crescimento do número de matrículas em cursos superiores oferecidos a distância, isto é, a busca pela qualificação da mão-de-obra. Nesse capítulo torna-se importante um resgate histórico para que possamos apreender toda a importância da Revolução Técnico-científica e sua compreensão a partir de conceitos centrais da ciência geográfica, com destaque para territorialidade e território. O processo é de fundamental importância para manter a atualidade do conceito frente às mudanças históricas e espaciais que incidem sobre o mesmo, isto é, a ciência precisa atualizar conceitos para dar conta da compreensão da realidade, que aqui foi significativamente alterada pelo processo citado.

Também abrimos espaço para uma breve discussão acerca dos territórios-rede, classificando desta maneira os três exemplos de territórios citados ao longo do trabalho seguindo a definição deste conceito ofertada por Haesbaert e procuro destacar a tendência à sobreposição territorial atual. A dinâmica desses territórios, marcada pela uniformização imposta pela globalização e, de certa forma, pelo sistema capitalista acaba por gerar territórios transnacionais no interior de países soberanos como o Brasil. HAESBAERT (2007) afirma que paralelamente a esse processo de uniformização ocorre também o reforço das identidades locais. Porém torna-se necessário pensarmos a respeito do embate de forças que ocorre em função deste fato. As forças externas, geralmente mais intensas, produzindo reações no âmbito local a ponto de proporcionar uma ratificação dos valores locais. Tais processos de valorização do local são legítimos, porém devemos sempre nos atentar para o fato de que, mesmo no local imbuído da vontade e necessidade de valorizar-se, haverá sempre a influência, mesmo que reduzida quando comparada a outros lugares, da dinâmica dita globalizadora. HAESBAERT mesmo trata a questão das identidades como dilemas contemporâneos da construção identitária. Ele afirma que se por um lado, devemos apreender as identidades como processo em constante (re) construção, por outro, devemos perceber que serão geradas reações ditas neoconservadoras de identidades que se querem fechadas e segregadoras. E afirma também que, devemos perceber a multiplicidade e o hibridismo na constituição das identidades, e que as mesmas nunca serão totalmente coesas ou uniformes.

No segundo capítulo, procuramos reproduzir uma discussão conceitual acerca das territorialidades, não apenas como expressões das ações ocorridas no interior dos territórios, mas, reforçada a idéia da atualização conceitual realizada no capítulo anterior, podemos enveredar pelas definições de Haesbaert e Sack no intuito de mostrar o quanto os dois conceitos, território e territorialidade, podem conter aproximações entre si que permitam que os mesmos sejam utilizados ao longo de todo o trabalho através de embasamentos e justificativas. Segundo Saquet (2009), a partir dos anos 1960-70 ocorreu uma renovação da ciência geográfica que afeta diretamente as principais concepções teórico-metodológicas elaboradas renovando os conceitos de território e territorialidade.

Neste capítulo trataremos da expansão de territórios ditos originais a partir das possibilidades que as técnicas proporcionam. Estas se efetuam pelos prestadores de serviços e demais setores da economia e, desta forma, demonstram o quanto o novo momento pelo qual o mundo passa desde os anos de 1970 e 1980 proporciona em termos de aumento da concorrência interna, entre regiões de um mesmo país, que, a partir do momento da expansão da oferta da prestação de serviços promove o avanço das territorialidades antigas sobre outros territórios, o que Saquet (2009) denomina como rompimento das delimitações e áreas.

Também nesta parte colocamos em debate as duas concepções de territorialidades utilizadas no trabalho, justificando a escolha e tentando utilizá-las concomitantemente na medida do possível, visto que muito da obra sobre definições e conceituações de território em Haesbaert tenha origem na obra de Sack, de 1986, sobre o assunto, *Human Territoriality: its theory and history*.

No terceiro e último capítulo procuramos dar vazão à questão empírica mostrando três realidades do universo dos sistemas de ensino superior à distância para tentar ratificar o que foi demonstrado na teoria no capítulo anterior – o fato de que na prática verificamos que muitas das relações efetivadas a partir do ensino presencial são substituídas ou ainda, mantidas simultaneamente com outras ativadas a partir da nova modalidade. Novas relações de poder são engendradas e novos territórios formados, e com isso, acreditamos que seja possível comprovar que novas territorialidades sejam criadas com a implantação desta modalidade de ensino.